



TREINAMENTOS EM GESTÃO PÚBLICA

CONVIDA



**Curso em Curitiba – PR**  
**Dias 10, 11 e 12**  
**de Abril de 2024.**

**TEMA:**

**TRIBUTOS MUNICIPAIS:**

FISCALIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO, MAJORAÇÃO,  
COBRANÇA E DETERMINAÇÕES DO TCE/PR. –  
GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA E REDUÇÃO DE  
PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL.

[www.nstreinamentos.com.br](http://www.nstreinamentos.com.br)

# Programação

## Dia 10/04/2024 - Das 09:00h as 12:00h

- Inscrições e credenciamento dos alunos.
- Entrega das Apostilas e material de apoio.
- Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados.

## Dia 10/04/2024 - Das 14:00h as 17:00h

- TRIBUTOS MUNICIPAIS: Fiscalização, Instituição, Majoração, Cobrança e determinações do TCE/PR - Gestão da Dívida Ativa e redução de Processo de Execução Fiscal. {Parte I}
- Professor: Dr. Fábio Esteves.

## Dia 11/04/2024 - Das 09:00h as 17:00h

- TRIBUTOS MUNICIPAIS: Fiscalização, Instituição, Majoração, Cobrança e determinações do TCE/PR - Gestão da Dívida Ativa e redução de Processo de Execução Fiscal. {Parte II}
- Professor: Dr. Fábio Esteves.

## Dia 12/04/2024 - Das 09:00h as 11:00h

Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos diplomas.



Professor: Normélio Schneider.

### Coordenadores:



Angélica Letícia Moura



Jakeline Battisti



Elizabeth Lopes.

### INSCRIÇÕES:

Site: [www.nstreinamentos.com.br](http://www.nstreinamentos.com.br)

Telefones:

(45) 99934-1188 - Normélio

(45) 99837-0304 - Angélica

(45) 99989-0604 - Jakeline

E-mail: [contato@nstreinamentos.com.br](mailto:contato@nstreinamentos.com.br)

# Temário

- TRIBUTOS MUNICIPAIS: FISCALIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO, MAJORAÇÃO, COBRANÇA E DETERMINAÇÕES DO TCE/PR. - GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA E REDUÇÃO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL

1 - Introdução:

1.1 - Interesse Público;

1.2 - Gestão de resultados;

1.3 - A importância do Controle da gestão de recursos.

1 - Fiscalização Financeira e Orçamentária: O Controle da Administração Pública.

2 - Arrecadação Municipal e Finanças Públicas;

3 - Responsabilidade Fiscal e Leis Orçamentárias;

4 - Controle Interno e a Fiscalização de Tributos;

5 - Atuação do Tribunal de Contas no controle orçamentário;

6 - Competências municipais e avanços jurisprudenciais.

- II - Tributos Municipais:

7 - Princípios e competências tributárias;

8 - Elementos da Obrigação Tributária:

8.1 - Lei

8.2 - Responsabilidade tributária;

8.3 - Fato gerador;

8.4 - Base de cálculo;

8.5 - Lançamento;

8.6 - Crédito tributário;

8.7 - Prescrição.

9 - Impostos Municipais:

9.1.1 - IPTU;

9.1.2 - Apuração do valor venal dos imóveis;

9.1.3 - ISSQN;

9.1.4 - ITBI;

9.2 - Taxas;

9.3 - Contribuições;

9.4 - Pavimentação;

9.5 - Cobranças para a coleta de lixo;

9.6 - Iluminação Pública;

9.7 - Licença de localização para estabelecimentos comerciais.

9 - Inscrição em Dívida Ativa;

10 - Execução Fiscal Tributária;

11 - Execução Fiscal não tributária - Condenação do TCE/Pr;

12 - Auditorias do Tribunal de Contas e Determinações;

13 - Obrigação na atualização da Base de Cálculo do IPTU;

14 - TCE-PR: Planta de valores e o Código Tributário - Acórdão 508/22;

15 - Planta de Valores e a Portaria 511/2009 do Ministério das Cidades;

16 - Recomendações do TCE-PR - Acórdão 284/21;

17 - Demonstração de elaboração da Planta Genérica de Valores - PGV;

18 - Desjudicialização do Executivo Fiscal e meios alternativos de cobrança;

19 - Gestão de processos fiscais e o Departamento de Tributos;

20 - Renúncia de receitas e isenções tributárias;

21 - A questão tributária na nova prestação de Contas de Prefeitos;

22 - Disponibilização de modelos normativos.

### VALOR DA INSCRIÇÃO: R\$ 1.890,00.

Incluso material de apoio, apostilas, certificado e coffee break.

Depósito em nome de:  
NS TREINAMENTOS EM  
GESTAO PUBLICA LTDA.  
CNPJ 12.137.995/0001-16  
PIX: 12.137.995/0001-16  
AG 0959-8 - C/C 38019-9  
Banco do Brasil

**LOCAL: Hotel Nikko.**  
**Rua: Barão do Rio Branco – 546.**  
**Curitiba – Pr.**  
**41-2105-1808.**

**Obs: Entrega de Certificado**  
**somente com mínimo de**  
**75% de participação.**



**Público-alvo:** Dirigentes e Gestores de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, comissões em geral, bem como aos Prefeitos, Presidentes, Vereadores e Assessores Parlamentares.

### **CURRICULUM: DR. FÁBIO ESTEVES**



Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UNB), doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), juiz de direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), atualmente exercendo o cargo de juiz instrutor do Gabinete do Ministro Edson Fachin, no Supremo Tribunal Federal (STF), professor de Direito Constitucional e de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Distrito Federal, ex-vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Presidente da Comissão Multidisciplinar de Inclusão do TJDFT, membro da Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados para revisão da legislação antirracista, membro da Comissão para Promoção da Igualdade Racional no Processo Eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, foi Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMAGIS-DF), nos biênios de 2016/2018 e 2018/2020.

### **> OBJETIVO:**

A NS – TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, tem como objetivo a capacitação dos servidores, técnicos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aprimoramento de gestão administrativa eficiente, com o intuito de suprir os anseios de uma sociedade que vislumbra no seu representante a base fundamental com resultados à toda sociedade.

Nesse sentido, o presente Curso abordará questões pertinentes aos principais aspectos que devem ser observados por todos os Agentes Públicos em relação aos Tributos Municipais: Fiscalização, Instituição, Majoração, Cobrança determinações do TCE/PR, também serão abordado temas sobre a Gestão de Dívida Ativa e redução de Processo de Execução Fiscal.

E por conseguinte, com as orientações transmitidas por meio deste Curso, tona-se possível aos Agentes Públicos atuarem de forma mais eficiente, em respeito aos ditames legais e constitucionais, além de agregarem amplo conhecimento e segurança jurídica para realizarem o controle da Administração Pública Municipal, no intuito de satisfazer o interesse público.